



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES**

**PROJETO DE LEI Nº 3.314, DE 2015**

**SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO**

Dispõe sobre os recursos dos espaços para publicidade nos sistemas de transporte rodoviário, ferroviário, metroviário e aquaviário de passageiros.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei acrescenta dispositivos à Lei n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que *“dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal”* e à Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que *“institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana”*, para dispor sobre os recursos dos espaços para publicidade nos sistemas de transporte rodoviário, ferroviário, metroviário e aquaviário de passageiros.

Art. 2º O art. 11 da Lei n.º 8.987, de 1995, passa a vigorar acrescido dos seguintes § 2º e § 3º, renumerando-se o parágrafo único para § 1º:

“Art. 11 .....

§ 1º .....

§ 2º A receita total proveniente da venda de espaços para publicidade nos veículos dos sistemas de transporte público rodoviário, ferroviário, metroviário e aquaviário de passageiros deve ser apropriada pelo prestador do serviço como receita operacional não fixa, a ser considerada na determinação do valor das tarifas.



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

§ 3º A receita total gerada pela venda de espaços para publicidade nos terminais, nas estações e nos pontos de parada dos sistemas de transporte público rodoviário, ferroviário, metroviário e aquaviário de passageiros deve subsidiar a redução das tarifas cobradas dos usuários. (NR)”

Art. 3º O art. 11 da Lei n.º 8.987, de 1995, passa a vigorar acrescido dos seguintes § 12 e § 13:

“Art. 9º .....

.....

§ 12. A receita total proveniente da venda de espaços para publicidade nos veículos dos sistemas de transporte público coletivo deve ser apropriada pelo prestador do serviço como receita operacional não fixa, a ser considerada na determinação do valor das tarifas.

§ 13. A receita total gerada pela venda de espaços para publicidade nos terminais, nas estações e nos pontos de parada dos sistemas de transporte público coletivo deve subsidiar a redução das tarifas cobradas dos usuários. (NR)”

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 14 de dezembro de 2016.

**Deputado ALTINEU CORTÊS**  
**Presidente em exercício**